

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Perseus

Class.: 94

Data: 10-12-83

Pg.: 07

TUPINIKIN

Aracruz volta a provocar

Incidentes envolvendo índios Tupinikin e posseiros já se tornaram rotina no dia-a-dia da aldeia Caieiras Velhas, no Espírito Santo. Porém, no início de dezembro de 1982, dois incidentes tiveram consequências mais drásticas. O primeiro, envolvendo o sueco Ford Erickson, engenheiro da Aracruz Celulose S/A, e uma família de Tupinikin pela posse de uma área de terra dentro da reserva indígena, resultou em tiros desferidos pelo chefe do Posto Indígena, Oduvaldo Girão Mota, contra o carro do sueco, conhecido como Gringo. O segundo conflito envolveu também outro funcionário da empresa, que jogou seu carro contra o índio Zé Bento, o qual fez disparos de espingarda contra o veículo agressor.

Estes dois incidentes levaram a PM de Coqueiral (cidade-dormitório da Aracruz Celulose) a invadir a área indígena. O delegado Gessé Silva Lopes tentou prender Zé Bento, que ao ser agredido, escapou e correu em direção à casa de sua irmã, Luzia. O delegado, à paisana, perseguiu o Tupinikin, de arma em punho, e tentou atirar, tendo sido impedido por Luzia que se atracou com ele. Neste momento, Helena Sizenando, irmã de Luzia e de Zé Bento, apanhou um facão no interior de sua casa e atingiu o delegado na cabeça e no braço. Gessé foi imediatamente conduzido ao hospital de Aracruz.

Horas depois, oito policiais militares de Coqueiral e de Aracruz, portando fuzis e metralhadoras, invadiram a reserva, vasculharam todas as casas, apreenderam as armas dos índios, agrediram e desacataram as mulheres. Helena foi arrancada violentamente de sua casa, arrastada pelos cabelos até o carro e levada à delegacia de polícia de Aracruz onde foi novamente espancada na cabeça e no ventre, apesar de seus quatro meses de gravidez. Junto com Helena, foi detido seu cunhado o cacique José Sizenando, sob a acusação de ofender o juiz de Direito da Comarca, Delano Santos Câmara. O cacique, porém, foi logo liberado.

Somente no dia seguinte à prisão de Helena é que o advogado da Funai, Loredano Aleixo, chegou à área. Apesar de o ato de prisão ser ilegal e arbitrário - uma vez que se trata de área federal - o advogado voltou a Governador Valadares (MG), sede da XI DR da Funai, sem ter tirado Helena da cadeia. Foi necessária a intervenção da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, que, por meio do advogado Sandro Chamon do Carmo, conseguiu a liberação de Helena dia 16 de dezembro.

INVASÃO DA ARACRUZ

A chegada e permanência de dezenas de famílias de posseiros em Caieiras Velhas teve início exatamente com a invasão da área indígena pela multinacional Aracruz Celulose, na década de 60. Centenas de trabalhadores de várias cidades da região e até do Sul da Bahia, foram atraídos pela empresa para o desmatamento da área indígena, plantio dos 100 milhões de pés de eucalipto e construção da fábrica de celulose. Passado o período de implantação da empresa, a maioria destes trabalhadores foi à procura de novos empregos em reflorestadoras do Sul da Bahia e o restante se concentrou principalmente em Caieiras Velhas, onde, em alguns momentos, a população de posseiros ultrapassou a população indígena.

Somente a partir de 1979, quando começou a resistência mais organizada dos Tupinikin, auxiliados pelos Guarani, é que os atritos com os posseiros foram evitados e até minimizados. Concentram seus esforços contra a Aracruz Celulose e contra a Funai, aliadas num complicado jogo de interesses que envolveu até ministros de Estado. Com esta luta, conseguiram recuperar 6500 hectares, reduzidos posteriormente a apenas 4800, após acordo realizado entre a Funai e a Aracruz. Nesse acordo, constava, além de uma indenização aos índios, no valor de Cr\$ 10 milhões, a retirada dos posseiros - esta cláusula, infeliz-

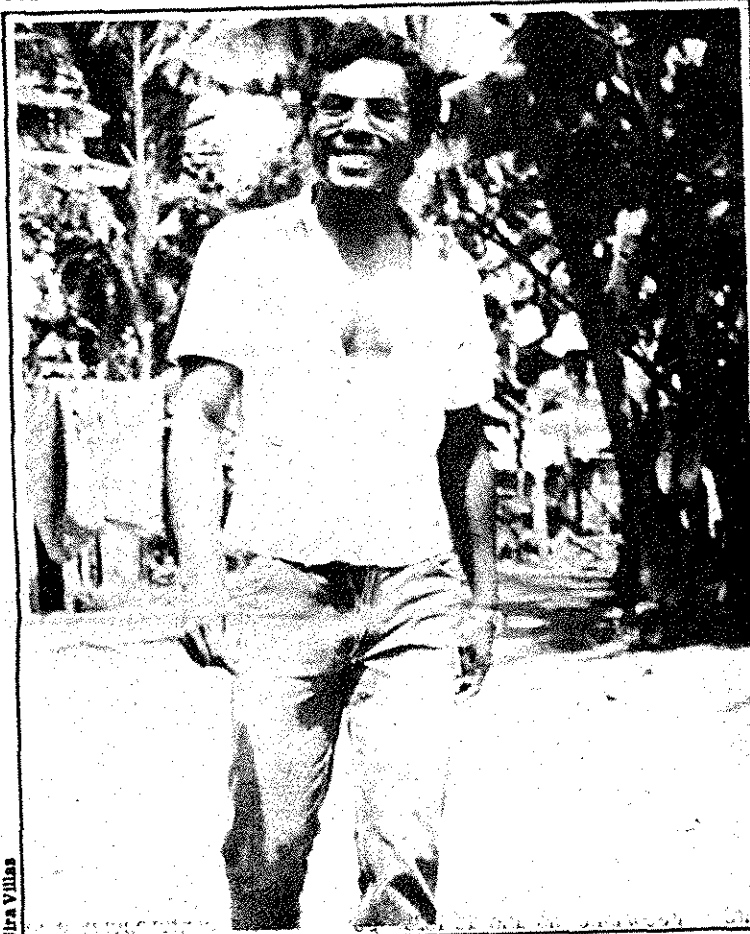


Luzia barrou o delegado agressor

mente, feita verbalmente.

Após a demarcação oficial da área Tupinikin, em maio de 81, é que os incidentes entre índios e posseiros voltaram a acontecer. Inúmeras casas de posseiros foram ocupadas por famílias indígenas, incentivadas e apoiadas pelo Conselho Tribal. A escola e o posto médico que atendiam os posseiros foram ocupados pelos índios e colocados a serviço destes. Por outro lado, os posseiros, donos das vendas em Caieiras Velhas, aumentam os preços das mercadorias e vendem impunemente bebidas alcóolicas aos índios.

Enquanto isso, caíam no esquecimento as promessas da Funai, de retirar os possei-



O cacique José Sizenando também foi detido

ros, apesar dos inúmeros levantamentos realizados pelo órgão. O próprio delegado da XI DR, Carlos Grossi, declarou à imprensa que a Funai já tem a verba para indenizar e reassentar os posseiros em outra área. Estas declarações foram confirmadas pelos índios com mais detalhes. A verba de Cr\$ 5 milhões para a retirada dos posseiros foi subtraída da indenização que os índios receberam da Aracruz Celulose pela redução da área.

QUEBRA-CABEÇA

Por que as 34 famílias de posseiros ainda não foram retiradas da área indígena, se a Funai já fez os levantamentos necessários e tem verba para indenizá-los? Os próprios posseiros querem deixar a reserva, pois a cada dia cai o valor de suas posses - que, aliás, estão sendo aos poucos ocupadas pelos índios. O que está por trás de tudo isso?

Para entender a ação da Funai junto aos Tupinikin, é preciso juntar os acontecimentos como num quebra-cabeça. Segundo o cacique José Sizenando, de uns tempos para cá o chefe do PI, Oduvaldo Girão Mota, tem dito abertamente na aldeia que ali não há mais índios e sim remanescentes indígenas, e que logo serão emancipados. O último estudo para a retirada dos posseiros foi realizado pela funcionária da Funai Lúcia Helena Soares de Melo, só que com uma novidade: também incluía um estudo sobre os Tupinikin. Este dado ratifica informações que o Cimi recebeu, meses atrás, de que essa funcionária estaria concluindo um trabalho, onde é contestada a identidade étnica dos Tupinikin. Vale lembrar que, já em 1976, os Tupinikin foram citados pela Funai como o primeiro grupo apto para a imediata emancipação. Em junho de 1981, dias

depois da demarcação oficial da área, o então presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, foi pessoalmente a Caieiras Velhas entregar aos índios parte da indenização paga pela Aracruz Celulose. Sem nenhum escrúpulo, declarou à imprensa que "os Tupinikin nunca foram habitantes daqui e por isso não podem reivindicar terras. O que houve foi uma cessão de terras por parte da Aracruz Celulose, às quais esses índios não têm qualquer direito. Além de doar terras, a empresa resolveu dar um auxílio aos índios para melhorar seu padrão de vida e mostrar sua liberalidade". (Jornal de Brasília, 6/6/81).

Mas a coisa não termina aí. Todas as benfeitorias, máquinas e implementos agrícolas existentes na reserva foram adquiridos com o dinheiro da comunidade, à exceção de um Fiat e do radiotransmissor pertencentes à Funai. Nestes dois últimos anos, o dinheiro da comunidade ficou em poder do delegado da Funai, Carlos Grossi, depositado em uma conta corrente, sem juros nem correção monetária. O restante deste dinheiro será agora aplicado para dotar a aldeia de luz elétrica e água encanada, mais uma vez sem nenhum ônus para a Funai.

Se hoje, à primeira vista, Caieiras Velhas mais se parece com um povoado do que com uma aldeia, imagine-se com luz elétrica e água encanada. Manter índios e posseiros juntos contribui enormemente para os planos da Funai de emancipar os Tupinikin. Para que separar grupos tão bem integrados e "vivendo em perfeita harmonia"?

Mas tudo leva a crer que esses planos da Funai vão encontrar uma tenaz resistência dos Tupinikin. Os índios já estão conscientes do significado da emancipação. Sabem que isto seria jogar por terra não somente os anos de luta que travaram para reaver pelo menos parte de suas terras mas também o esforço dispendido para juntar novamente os parentes dispersos pelas favelas das cidades vizinhas e para reviver suas tradições.

Ainda durante os últimos incidentes com os posseiros e a PM de Aracruz, o cacique e o Conselho Tribal protestaram junto ao delegado Carlos Grossi contra o descaso do advogado Loredano Aleixo, no episódio da prisão de Helena Sizenando, deixaram claro que não aceitam qualquer proposta sobre a emancipação da comunidade e exigiram a suspensão dos estudos de Lúcia Helena de Melo. Por fim, deram prazo até este mês de janeiro para uma definição da questão dos posseiros. (Fábio Villas).